

## INSERÇÃO DA AVICULTURA DE CORTE MATOGROSSENSE NO MERCADO INTERNACIONAL DE CARNE DE FRANGO

Cleiton Franco<sup>1</sup>  
Karine Medeiros Anuncitato<sup>1</sup>  
Laercio Juarez Melz<sup>1</sup>  
Talitha Soyara Zanini<sup>2</sup>  
Ariel Lopes Torres<sup>1</sup>

### RESUMO

Desde 2002, o estado de Mato Grosso tem apresentado crescimento contínuo em exportação de carne de aves. Apesar de seu representante pequeno nas exportações totais brasileiras, mostrou competitividade no mercado internacional. O principal objetivo desta pesquisa foi conhecer e compreender o que aconteceu nesta indústria. Nesta forma foi possível mostrar o perfil exportadores locais, a sua capacidade de exportação, mercados-alvo e os problemas de exportação. Assim, foi possível propor políticas públicas que poderiam ajudá-los a superar dificuldades, melhorar a competitividade desta indústria.

**Palavras-chaves:** avicultura de corte, exportações, empresas exportadoras, mercado, políticas públicas.

### ABSTRACT

Since 2002, the state of Mato Grosso has presented continuous growing in poultry meat exportation. Although its small representative in Brazilian total exportation, has showed competitiveness in international market. The main goal of this research was to know and comprehend what happened in this industry. At this way was possible to show the local exporters profile, their exportation capacity, target markets and exportation problems. Thus it was possible to propose public policies that could help them to overcome difficulties, enhancing the competitiveness of this industry.

**Keywords:** slaughter aviculture, exports, exporting companies, markets, public policies.

### 1 - INTRODUÇÃO

A evolução da avicultura de corte industrial brasileira ocorreu por meio da coordenação das agroindústrias de abate e processamento da carne, passando por mudanças, resultado da biotecnologia, desenvolvida em outros países e absorvida internamente, no que diz respeito ao material genético, sanidade e a criação do animal, e às tecnologias (MARTINELLI e SOUZA, 2005). A redução do custo das matérias-primas e de produção e o atendimento das necessidades dos consumidores, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo, terminaram por resultar na evolução do consumo e das exportações.

Na produção, o sistema intensivo na avicultura de corte facilitou a adoção de inovações no processo de criação e engorda, com mudanças genéticas, maior controle sanitário, desenvolvimento da nutrição, manejo e ambiência (MARTINELLI e SOUZA,

---

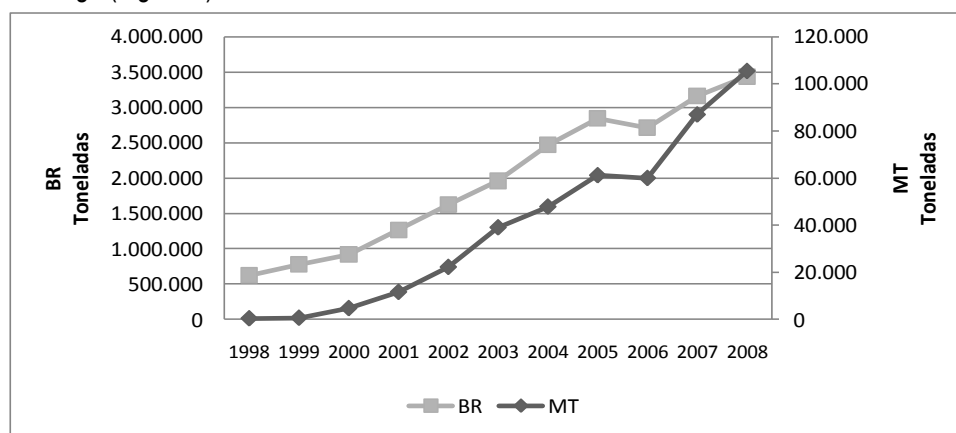
<sup>1</sup> Professor de Ciências Contábeis da UNEMAT

<sup>2</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis da UNEMAT

2005). A opção pela integração foi responsável pelo grande dinamismo e crescimento do segmento, e se fortaleceu graças ao estabelecimento de contratos, estabelecendo assim, uma divisão de tarefas: o ciclo de produção, que é a fase de criação e engorda; e o fluxo de produção na indústria, com as etapas de processamento da carne, além do ganho de economia de escala.

O Brasil é líder mundial na exportação de carne de frango desde 2004, quando, efetivamente, ultrapassou os EUA. Depois da queda do nível de receita de exportação da avicultura em 2006, causada pela gripe aviária, o país conseguiu se recuperar, apresentando em 2007 uma receita de 4,2 bilhões de dólares. Até novembro de 2008 a receita apresentava 5,4 bilhões de dólares, ou seja, um aumento de 28,57% da pauta de exportação. A exportação no Brasil apresenta números bastante expressivos quando se trata da exportação de especificamente dois tipos de produtos: frango inteiro e em pedaços congelados.

A exportação de frango inteiro para o Brasil, no período de 1996 a 2008 cresceu em o equivalente a 504,99%, saltando de 364 milhões de dólares FOB para 2,207 bilhões. Já a exportação de frango em pedaços congelados, atingiu um nível percentual mais elevado no mesmo período analisado de 667,05%, ou seja, de 470 milhões de dólares FOB para 3,612 bilhões, o que garante ao Brasil o título de maior exportador mundial de carne de frango (Figura 1).



**Figura 1** - Volume das Exportações de Carne de Frango, Mato Grosso e Brasil, 1998-2008.

Fonte: SECEX/MDIC (2008).

As condições positivas para expansão do comércio externo brasileiro e para a avicultura de corte possibilitaram que Mato Grosso investisse e adquirisse fatia do mercado de exportação, em situação semelhante com as regiões produtoras mais importantes do País, ou seja, do Sul e mais recentemente do Centro-Oeste.

Em 2002, Mato Grosso, começa a ganhar expressão nas vendas externas de carne de frango e apresenta uma variação anual do volume exportado de 128% (Figura 2 e 3 e Tabela 1), em relação a 2001, passando a ter uma trajetória ascendente nas exportações até 2008. Este fato concretizou a intenção do segmento matogrossense de exportar. A Câmara de Política Agrícola situada na Secretaria de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso (SEDER/MT) apresentou à época um Programa de Desenvolvimento com a sugestão da criação e acompanhamento de uma linha de crédito específica para modernização da indústria matogrossense e ampliação no número de aviários, pelo Banco do Brasil, por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), com o intuito de promover o desenvolvimento e a competitividade, da indústria avícola e o estímulo ao ingresso no comércio exterior e seu incremento.

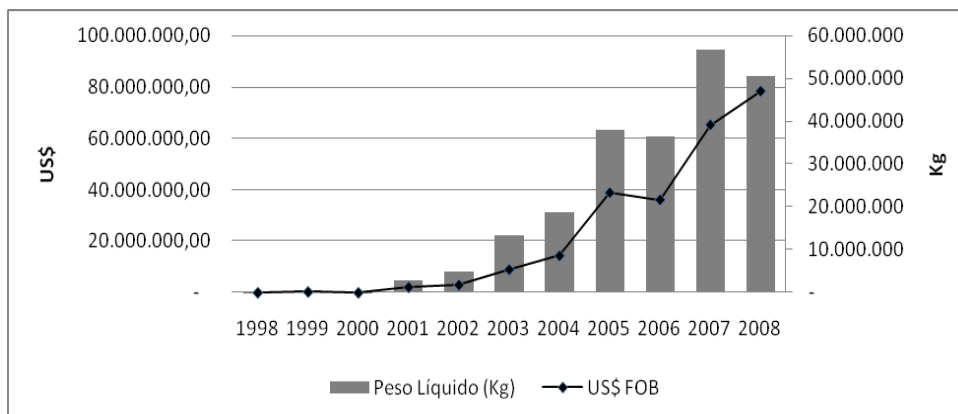
**Tabela 1:** Variação anual das exportações na produção anual de carne de frango em Mato Grosso

Ano	Produção (ton) variação anual		Exportação (ton) variação anual		Participação (%) (b/a)
	(a)	(produção)	(b)	(Exportação)	
2000	82.344		3.713		4,51%
2001	105.820	28,51%	10.139	173,08%	9,58%
2002	122.416	15,68%	19.670	94,00%	16,07%
2003	136.396	11,42%	35.281	79,36%	25,87%
2004	135.796	-0,44%	45.757	29,69%	33,70%
2005	139.371	2,63%	56.779	24,09%	40,74%
2006	187.763	34,72%	57.257	0,84%	30,49%
2007	253.175	34,84%	80.127	39,94%	31,65%
2008	280.026	10,61%	88.402	10,33%	31,57%

Fonte: Anualpec (2008); MDIC (2008);

A ampliação das exportações matogrossenses de carne de frango, no momento em que o cenário mundial se mostra positivo para o Brasil e fortalece a possibilidade de expansão das vendas externas do Estado de Mato Grosso, mostrou a oportunidade de se aprofundar o conhecimento sobre a estrutura dos abatedouros exportadores matogrossenses, com o objetivo de dimensionar sua estrutura, seu potencial, mercados atingidos, investimentos feitos e indicar os gargalos que possam ser superados com a implantação de políticas públicas pertinentes.

A quantidade exportada de frango inteiro para Mato Grosso em 2008 registrou o equivalente a 50 mil toneladas, valor superior ao período de 2001 em 1.714%, onde os números apresentavam-se na casa de duas mil toneladas.



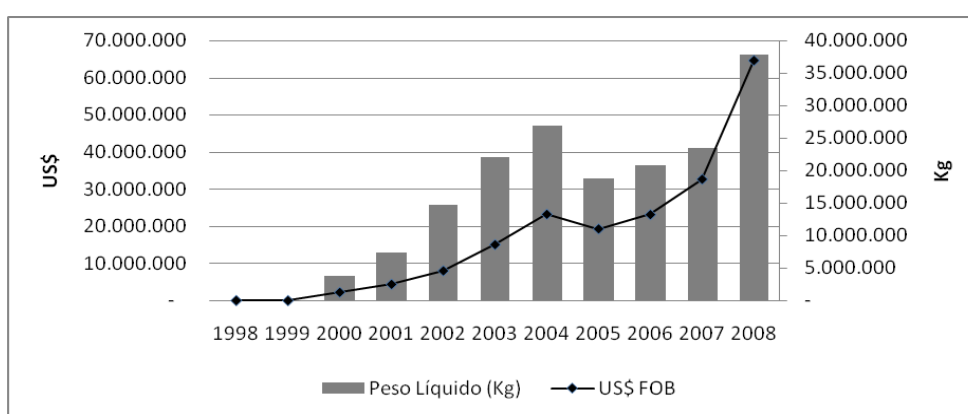
**Figura 2:** Evolução da exportação de frango inteiro congelado produzido em Mato Grosso entre 1998 e 2008 em US\$ FOB e quantidade exportada (kg)

Fonte: MDIC (2008)

Para o produto “frango inteiro” a exportações de Mato Grosso atingiram um patamar de crescimento, no período de 2003/2004, equivalente 14,42 milhões de dólares FOB representando um aumento em termos percentuais de 59,98%, enquanto o Brasil registrava um aumento de apenas 29,88%. Em 2005, percebe-se um aumento ainda mais substancial de 169,83% proporcionando uma receita de 38,9 milhões de dólares, enquanto o Brasil registrava crescimento de receita de apenas 35,58%. Em 2006, ano considerado catastrófico em função da gripe aviária, Mato Grosso registra uma receita de apenas 36,16 milhões, queda de 7,10% em termos percentuais, enquanto o Brasil registra queda ainda maior, em torno de 13,82%. Em 2007, com a retomada do crescimento das exportações da avicultura de corte, os números para Mato Grosso atingem o patamar de 65,30 milhões, um aumento percentual de 80,57%, enquanto em nível de Brasil este patamar chega a 53,71%. Em 2008, os números voltaram a crescer atingindo a marca de 73,65 milhões de dólares em nível de Brasil, proporcionando um aumento percentual, se comparado ao exercício anterior, de 43,35%. Enquanto isso Mato Grosso apresenta um aumento inferior em termos percentuais em relação a 2007 de apenas 12,79%, porém em valores isto representa 73,65 milhões de dólares.

Para o produto “frango em pedaços e miudezas” a exportações atingiram receita significativa no período de 2003/2004 de Mato Grosso, 1,69 bilhões de dólares FOB, representando um aumento de 54,9%. No entanto, no período seguinte, 2004/2005 houve queda de percentual proporcionando um aumento de apenas 18,15% e uma receita de 1,99 bilhões de dólares. No período considerado crítico em função do surto de gripe aviária, 2005/2006 ocorre queda de 0,80% em termos percentuais, gerando uma receita de 1,98 bilhões, maior que nos períodos de 2003 e 2004, porém inferior a 2005. No período de 2007, quando dá-se a retomada do ritmo das exportações, os números da exportação voltam a subir, proporcionando aumento em termos percentuais de 39,95%. Até novembro

de 2008, o aumento percentual já atingia o nível de 22,38%, gerando receita de 3,39 bilhões de dólares FOB. A quantidade exportada atingiu em 2008 o equivalente a 37 mil toneladas, produção 922% maior se comparada ao período de 2000. Se somadas as receitas dos dois tipos de produtos, Mato Grosso obteve, somente em 2008, US\$ 5,46 bilhões de dólares, ou seja, um incremento de 29,54% de receita em relação ao somatório das receitas de 2007 que naquele período, alcançaram 4,21 bilhões de dólares e proporcionaram 44,36% de aumento se comparado ao período anterior a 2006.



**Figura 3:** Evolução da exportação de frango em pedaços e miudezas congeladas produzido em Mato Grosso entre 1998 e 2008 em US\$ FOB e quantidade exportada (kg)

Fonte: MDIC (2008)

## 2 – DISCUSSÃO PRELIMINAR: CENÁRIO MATOGROSSENSE

Nas décadas de 80 e 90, graças a incentivos fiscais, ocorre a expansão da soja e posteriormente um plano de desenvolvimento para abate de pequenos animais, idealizado pela empresa Sadia, com base no principal alimento proporcionado pela soja, o farelo. Este projeto teve suas bases instaladas nas cidades de Rondonópolis, Campo Verde e Chapada dos Guimarães tendo sido também, o grande responsável pelo consumo de farelo do Estado na época. (MARTA; FIGUEIREDO, 2007).

Nos anos de 1994 e 1996, mais especificamente, surgem as primeiras indústrias de abate e processamento, consideradas pioneiras: Anhambi e Sadia, situadas nos municípios de Tangará da Serra e Várzea Grande, respectivamente. Ambas as empresas adotam os chamados contratos de integração para seus parceiros de produção, baseado no modelo catarinense de parceria entre produtores e indústria, atingindo um nível de 100% no processo de integração (FRANCO, 2009). O contrato possibilitou economias de escala, a expansão da produção, obtendo ganhos de produtividade, redução de custos, maior qualidade e padronização, reduzindo preços e aumento o consumo no mercado interno. O Estado manteve sua produção destinada ao mercado interno até o ano de 2000, quando

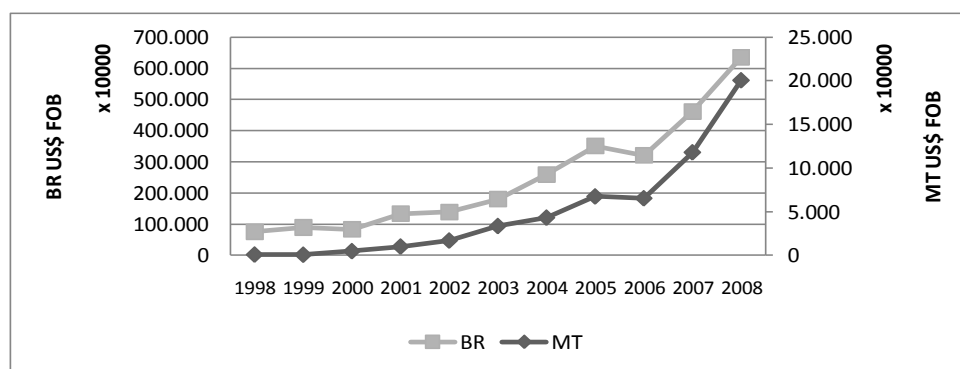
desencadeou efetivamente o processo de exportação, vindo a consolidar-se como agente exportador em 2002.

Em função da produção agropecuária matogrossense, a avicultura de corte ocupa a 8º. Posição no mercado nacional e de exportação.

**Tabela 2:** Plantel de aves para corte e enviadas para abate, Mato Grosso 2000-2008

Ano	Produção (ton) (produção)	variação anual	Rebanho (cabeças) (rebanho)	variação anual	Abates (cabeças) (abates)	variação anual
2000	82.344		11.617.098		11.978.255	
2001	105.820	28,51%	11.691.140	0,64%	13.336.755	11,34%
2002	122.416	15,68%	14.415.447	23,30%	55.343.070	314,97%
2003	136.396	11,42%	14.852.474	3,03%	63.918.019	15,49%
2004	135.796	-0,44%	14.813.034	-0,27%	67.795.613	6,07%
2005	139.371	2,63%	15.959.146	7,74%	72.667.973	7,19%
2006	187.763	34,72%	17.451.063	9,35%	92.032.385	26,65%
2007	253.175	34,84%	22.378.109	28,23%	106.203.616	15,40%
2008	280.026	10,61%	23.777.226	6,25%	127.345.364	19,91%

Fonte: Anualpec (2008); IBGE (2008); Indea/MT (2008);



**Figura 2** - Balança Comercial de Carne de Frango, Mato Grosso e Brasil, 1998 a 2008.

Fonte: SECEX/MDIC (2008).

Os números de abates continuaram a revelar constantes crescimentos, porém em reduzida escala percentual nos anos subsequentes.

Tabela 3: Participação Percentual das Exportações de Mato Grosso, em Relação ao Brasil

Ano	Mato Grosso exportações	Brasil exportações	% de participação
1998	359.743	621.825.074	0,058%
1999	598.630	776.388.496	0,077%
2000	4.688.005	916.093.969	0,512%
2001	11.580.708	1.265.887.270	0,915%
2002	22.191.845	1.624.889.362	1,366%
2003	39.003.820	1.959.773.077	1,990%
2004	47.825.533	2.469.696.606	1,936%
2005	61.159.756	2.845.951.968	2,149%
2006	59.977.330	2.712.959.120	2,211%
2007	86.952.740	3.162.416.299	2,750%
2008	105.446.882	3.436.648.521	3,068%

Fonte: Elaborada a partir dos dados do SECEX/MDIC (2008).

Em relação as exportações, houve evolução no volume de vendas. A partir de 2002, há um aumento das exportações matogrossenses em relação ao volume produzido no Estado.

### 3 – METODOLOGIA

O instrumental analítico foi estruturado com base em entrevistas qualitativas feitas com representantes de associações de produtores, instituições governamentais, produtores e exportadores para obtenção de informações sobre a dinâmica da produção e o desenvolvimento das exportações matogrossenses, suas diferenças e peculiaridades em relação às outras regiões produtoras e obtenção da lista de empresas exportadoras do Estado de Mato Grosso por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para Mato Grosso com base em informações do Sistema de Inspeção Federal (SIF). Com o intuito de conhecer a visão de uma grande empresa sobre o mercado exportador brasileiro e as condições competitivas do Estado de Mato Grosso, em relação a outros estados, foi entrevistado, um diretor da empresa Anhambí Agroindustrial. A partir desse material foi elaborado o roteiro de entrevistas qualitativas utilizando, como referencial para construção das questões, os direcionadores identificados por Van Düren et al. (1991) apud Silva e Batalha (1999) para análise da competitividade do setor agroalimentar canadense. Esses direcionadores são agregados em grandes grupos quais sejam, gestão empresarial, insumos

utilizados, tecnologia adotada, estrutura de mercado, relações de mercado entre os agentes da cadeia e ambiente institucional e podem ser desdobrados em diversos critérios, conforme a especificidade do segmento estudado (SILVA e BATALHA, 1999).

Dentro desses grupos há subfatores embutidos que podem dizer respeito a temas pertinentes como controle sanitário, adoção de novas tecnologias, custos, sistema de produção, política sanitária, financiamento escoamento do produto, barreiras comerciais etc.

Para identificar as competências e os pontos de estrangulamento do segmento de carne de frango matogrossense para atuar no mercado internacional, foi realizada coleta de informações junto as empresas exportadoras do Estado de Mato Grosso registradas no Sistema de Inspeção Federal (SIF).

O objetivo principal foi investigar, através do conhecimento da estrutura desses abatedouros, a avicultura exportadora matogrossense, avaliando seu potencial exportador, as perspectivas de ampliação, os mercados atingidos, produtos vendidos, investimentos feitos e os gargalos.

As entrevistas ocorreram no período de 2008. Com a expansão da influenza aviária vimos a necessidade de introduzir questões referentes ao tema. Afim de dimensionar o impacto do surto de influenza aviária nas vendas externas e levantar as perspectivas para o mercado, em 2006, contatou-se o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso INDEA-MT, a fim de conhecer o sistema implantado a nível nacional e estadual, para impedir a entrada da doença no País e combatê-la, no caso do surgimento da doença no Brasil. A fonte para obtenção do valor e o volume das exportações foi o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet - AliceWeb/MDIC. Os dados de produção foram obtidos através das Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário ANUALPEC (2008).

## **4 – RESULTADOS**

### **4.1 – Perfil Das Empresas**

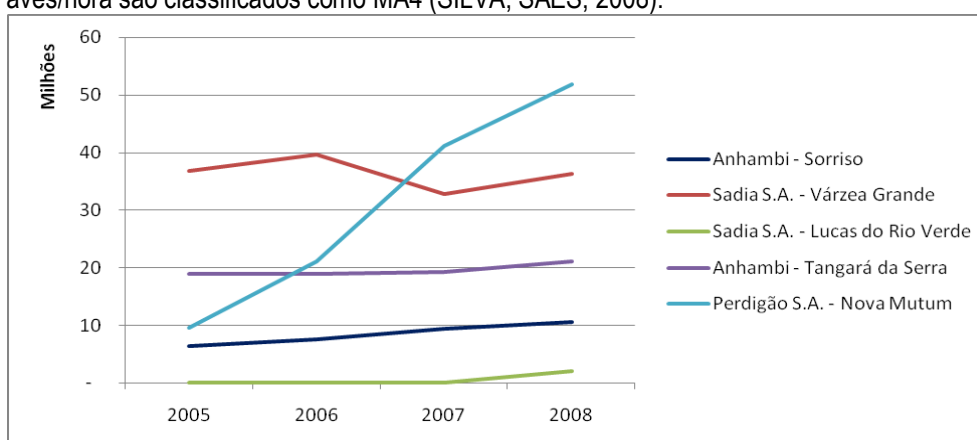
O elo mais representativo e que organiza a cadeia produtiva da avicultura, a montante e a jusante, é o da agroindústria processadora. Em termos de tecnologia a empresa industrial investe na aquisição de matrizes e na manutenção de matrizeiros e incubatórios a fim de atender aos produtores integrados. A indústria também é responsável pela transformação da ração a fim de suprir as granjas que produzirão a matéria-prima do abate, o frango. Os investimentos em termos de tratamento de efluentes também é um fator primordial em termos de competitividade e adequação sanitária, haja visto que para exportação, passa a ser fator condicionante para obtenção de certificação.

As indústrias de abate buscam no sistema de integração uma escala mínima de eficiência para obtenção de rentabilidade do negócio. A escala passa a ser algo tão relevante que a empresa, dificilmente trabalhará apenas no mercado regional. Uma das alternativas para obtenção de economias de escala é a concentração de mercado. Em Mato Grosso, a concentração de mercado situa-se em três principais empresas: Anhambi,



Perdigão e Sadia. Essas três empresas, somadas, detêm cerca de 90% do mercado de abates de aves no Estado.

Em Mato Grosso existem apenas 05 (cinco) estabelecimentos com registro no SIF (MAPA, 2008). As capacidades de produção determinam a categoria na qual o abatedouro de aves (MA) será classificado, variando de 4 a 1. Abatedouros com capacidade de abate maior que 3.000 aves/hora classificam-se como MA1, capacidade maior que 1500 aves/hora classificam-se como MA2, maior que 600 aves/hora, como MA3 e menor que 600 aves/hora são classificados como MA4 (SILVA; SAES, 2008).



**Figura 4:** Evolução de abates de frangos em Mato Grosso por Sistema de Inspeção Federal (SIF) - 2005 a 2008.

Fonte: Mapa/MT (2008)

A Figura 4 apresenta a evolução de abates por SIF no Estado de Mato Grosso. O total de abates registrados no período de 2005 era de 71.685 milhões de aves, número este que aumentou cerca de 170% se comparado ao número de abates registrado em 2008, de 121.822 milhões de aves. A empresa que mais evoluiu em termos de abate foi a Perdigão Agroindustrial, situada no município de Nova Mutum, registrou em 2005 um montante de abates de aves da ordem de 9 milhões e em 2008 este número evoluiu para 51 milhões, registrando aumento de 541% no período analisado (FRANCO, 2009).

O quadro 1 mostra a previsão da capacidade de expansão de frigoríficos de abate de aves no Estado. Em termos atuais este número revela um incremento em termos de abates diários de 1.719.500, o que representa o equivalente a 20,634 milhões de abates anuais em relação aos atuais 11,286 milhões. Ressalta-se que essas novas plantas agroindustriais estão sendo instaladas em áreas estratégicas de produção e logística. As instalações mais recentes são da Sadia S.A. no município de Lucas do Rio Verde, com capacidade atual de 300.000 abates diários, podem atingir a capacidade final de até

500.000 abates/dia e da Perdigão em Nova Marilândia, com capacidade para 140.000 abates diários (FRANCO, 2009).

SIF/Sise	Município	Frigorífico	Classe	Atual	Ampliação
3371	Várzea Grande	Sadia S.A.	MA1	270.000	500.000
3767	Tangará da Serra	Anhambí Alimentos Norte Ltda.	MA4	85.000	120.000
3515	Lucas do Rio Verde	Sadia S.A.	MA1	300.000	500.000
4567	Nova Mutum	Perdigão Agroindustrial Mato Grosso Ltda.	MA4	220.000	280.000
1678	Sorriso	Anhambí Alimentos Oeste Ltda.	MA3	40.000	120.000
8	Mirassol D'Oeste	Marques & Caetano Ltda.	n.i.	25.000	n.i.
74	Cláudia	Coop. Agrícola Mista Agropecuária Cláudia	n.i.	500	n.i.
n.i.	Nova Marilândia	Perdigão Agroindustrial Mato Grosso Ltda.	n.i.	n.i.	140.000
n.i.	Primavera do Leste	Perdigão S.A.	n.i.	n.i.	500.000
n.i.	Campo Verde	Sadia S.A.	n.i.	n.i.	500.000

**Quadro 1:** Projeção da ampliação total da capacidade de abate de aves/dia em Mato Grosso, através da ampliação da capacidade instalada dos frigoríficos e construção de novas unidades industriais.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2008)

Atualmente, em Mato Grosso, a capacidade instalada é de 940.500 abates de aves diários. A situação do Estado, em termos de capacidade instalada das indústrias frigoríficas, revela um setor em expansão, com projetos de ampliação em plantas já existentes e implantação de novas unidades industriais em todo o Estado. O indicador revela que não há ociosidade nos frigoríficos, uma vez que o desenvolvimento do setor está em ascensão e os projetos visam a atender à demanda, tanto no mercado interno, quanto no mercado externo.

#### 4.2 – Transporte para o mercado externo

No caso das exportações, o valor do frete fica muito mais alto que o cobrado nas plantas das regiões Sul e Sudeste. A empresa mantém contratos de longo prazo com proprietários de caminhões e carretas frigoríficas. Durante a pesquisa foi constatado que este modelo atende às necessidades da empresa e não causa grandes transtornos com relação à manutenção da temperatura, apontada como ponto de grande preocupação dos agentes da cadeia (SILVA; ONOYAMA, 2008).

Entre 2000 e 2009, as exportações de Mato Grosso foram realizadas através dos portos de Itajaí, Paranaguá, Santos e Antonina. Outra opção disponível, mas de difícil acesso, é o porto de Santarém. Analisando as distâncias entre as cidades produtoras de Mato Grosso a estes portos, percebe-se que haveria redução significativa do valor do frete, caso o porto de Santarém pudesse ser acessado com melhores condições de estrada

(Tabela 4). A alternativa para a redução dos custos logísticos para venda ao mercado externo seria a criação de uma ferrovia que ligasse Cuiabá ao porto de Santarém. Neste caso haveria redução da distância relativa ao porto e o custo de transporte marítimo internacional (MELZ, 2010).

Tabela 4: Distâncias dos frigoríficos de frango de Mato Grosso dos principais portos, em Km.

Municípios	Itajaí SC	Paranaguá PR	Santos SP	Antonina PR	Santarém PA
Cuiabá	1.887	1.779	1.678	1.767	1.738
Lucas do Rio Verde	2.219	2.111	2.010	2.099	1.406
Nova Mutum	2.126	2.018	1.917	2.006	1.499
Sorriso	2.282	2.174	2.073	2.162	1.343
Tangará da Serra	2.132	2.024	1.923	2.012	1.493
Varzea Grande	1.894	1.786	1.685	1.774	1.731

Fonte: DNIT (2009).

Todavia, não existe, ainda, projeto para construção deste modal em Mato Grosso, exceto pela Ferronorte, ainda em fase de planejamento e construção. A Ferronorte é uma concessão dada em 1989 para construir e operar 5.228 km, ligando: Cuiabá (MT) - Alto Araguaia (MT) - Aparecida do Taboado (MS): 957 km; Alto Araguaia - Uberlândia (MG): 771 km; Cuiabá - Porto Velho (RO): 1.500 km; e Cuiabá - Santarém (PA): 2.000 km.

Mato Grosso conta com o porto seco, entidade criada para facilitar as exportações e importações do estado. O porto seco é uma concessão dada à empresa privada por meio de concorrência pública realizada pela receita federal. Os produtos podem ser exportados diretamente do porto seco, não precisando desembaraço aduaneiro nos portos de escoamento (PORTO SECO, 2009).

A localização central de Mato Grosso favorece a competitividade em mercados como Rondônia, Acre, Pará, Amazonas. Por outro lado, para o mercado de exportação, a competitividade fica desfavorecida pela localização distante dos portos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). As condições das estradas em Mato Grosso apresentam-se como ponto fraco para a competitividade do estado na comercialização de carne de frango.

#### 4.3 – Mercado Externo

Os principais destinos dos pedaços de frango congelados foram, entre 2000 e 2009, Hong Kong, Rússia, Japão, Romênia e Arábia Saudita (Figura 13). Percebe-se que houve grande aumento na quantidade exportada para Hong Kong, cerca de 246% entre 2000 e 2008. A Rússia teve seus momentos de maior importador dos pedaços congelados em 2002 e 2003, reduzindo suas importações a partir de 2004, todavia, continua sendo o segundo maior importador do produto seguida pelo Japão (MELZ, 2010).

**Tabela 5:** Destinos das exportações de frango inteiro congelado, Mato Grosso, 2000-2009, em mil toneladas.

Ano	Venezuela	Rússia	Arábia Saudita	Emirados Árabes Unidos	Kuwait	Iraque	Outros	Total
2000	-	-	-	-	-	-	6	6
2001	-	2.746	-	-	-	-	37	2.783
2002	-	4.890	-	-	-	-	18	4.908
2003	5.519	4.055	-	-	-	-	3.695	13.268
2004	15.283	2.720	-	76	-	-	763	18.843
2005	30.503	6.239	-	-	-	-	1.311	38.053
2006	16.161	3.279	2.875	3.474	4.616	-	6.030	36.435
2007	20.175	8.442	7.907	4.246	3.482	3.578	8.776	56.605
2008	42.200	392	706	847	54	1.955	4.361	50.515
2009*	38.706	-	1.497	342	219	1.298	3.021	45.084
<b>TOTAL</b>	<b>168.546</b>	<b>32.763</b>	<b>12.985</b>	<b>8.985</b>	<b>8.371</b>	<b>6.832</b>	<b>28.017</b>	<b>266.500</b>

\*Dados até 07/2009.

Fonte: MDIC (2009).

As exportações de frango inteiro congelado, originárias de Mato Grosso, cresceram, entre 2000 e 2008, de 6 toneladas para 50 mil de toneladas. Somente em até julho de 2009 as exportações já se aproximaram do total exportado no ano anterior. Mato Grosso iniciou efetivamente suas exportações em 2002, contudo foi em 2005, com a aquisição do frigorífico Mary Louise pela Perdigão, que as exportações dobraram. Os principais destinos naquele ano (2005) foram Venezuela e Rússia.

O principal destino do frango inteiro congelado de Mato Grosso entre 2000 e 2009 foi a Venezuela, que adquiriu aproximadamente 63% do produto. A Venezuela começou a importar a carne de MT apenas em 2003, já despontando como maior importador naquele ano, com participação de 41% das exportações do estado. Isso aconteceu porque houve, por parte do governo Venezuelano, incentivo à importação de produtos brasileiros (BUARQUE, 2010). Em segundo, a Rússia importou o equivalente a 12%, entre 2000 e 2009. Arábia Saudita aparece como terceiro mercado importador da carne de frango congelada entre 2000 e 2009. O Iraque também tem aumentado sua participação nas importações do produto, apesar de ter começado a importar somente em 2007, já aparece entre os cinco maiores mercados de destino no período analisado (2000-2009) (MELZ, 2010).

#### 4.4 – Políticas Públicas

O imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) é o principal tributo que onera os produtos no Brasil. Torna-se interessante, então, discorrer um pouco sobre as formas de redução do impacto do imposto sobre os produtos que o Estado entenda que

devam ter sua competitividade estimulada. Alguns instrumentos que desoneram a carne de frango do estado de Mato Grosso são a Lei Kandir, os programas PRODEI e PRODEIC e a redução da base de cálculo. Estes temas serão abordados nas seções seguintes.

#### **4.4.1 A Lei Kandir**

A Lei Complementar n. 87/96, também conhecida como Lei Kandir desobriga os exportadores de recolher o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). A grande controvérsia existente na Lei Kandir é a questão da não cumulatividade do ICMS. Nas operações normais com ICMS os produtores podem recuperar os valores pagos pelos fornecedores das mercadorias, matérias-primas e serviços de transporte. Os valores já recolhidos pelos fornecedores são descontados do valor do ICMS devido pelo comprador em sua operação de venda do produto ou revenda da mercadoria (RIBEIRO, 2005). O que acontece é que, com a Lei Kandir, o exportador não recolherá o ICMS, portanto não utilizará o benefício da recuperação do ICMS.

Para o estado de Mato Grosso, o problema da desoneração das exportações torna-se mais relevante. O ICMS é um imposto arrecadado pelo Estado. A desoneração do ICMS nas exportações faz com que a arrecadação do estado caia sensivelmente. Para corrigir a distorção no orçamento estadual, provocada pela queda de arrecadação, a Lei Kandir prevê que a União deve repassar um percentual do valor das exportações para os estados a título de reposição do benefício. O valor previsto no orçamento para reposição das perdas com a desoneração das exportações é distribuído 75% para o estado de origem e 25% para os respectivos municípios.

Sobre a desoneração do ICMS, proporcionada pela lei Kandir, e o problema gerado com a impossibilidade de recuperação dos créditos anteriores, uma proposta para a solução do problema seria a aplicação do crédito de ICMS como forma de investimento em infra-estrutura das unidades de abate e processamento. A outra sugestão relacionada, à tributação, seria a implantação de tributação unifásica para os segmentos produtores e processadores de frangos (IPARDES; GEPAL; IBPQ, 2002).

#### **4.4.2 PRODEI e PRODEIC**

O Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso – PRODEI foi criado pela Lei nº 5.323, de 19 de julho de 1988 e tinha como objetivo fomentar o desenvolvimento industrial do Estado de Mato Grosso. O Programa atuava através da concessão de prazo especial, de 5 ou 10 anos, para pagamento do ICMS de empreendimentos industriais do Estado, nas seguintes hipóteses: “I - implantação de empreendimento; II - expansão da capacidade produtiva; III - reativação de empreendimento paralisado há mais de 02 (dois) anos” (MATO GROSSO, 2008).

Ao optar pelo Programa, a empresa beneficiária obrigatoriamente passava a recolher 5% do valor do ICMS devido ao Fundo de Desenvolvimento Industrial (FUNDEI).

As empresas que possuíam os benefícios do PRODEI e outros programas de incentivo setoriais (PROALMAT, PROMADEIRA, PROCOURO, PROCAFÉ, PROMINERAÇÃO, PROARROZ e PROLEITE) puderam, a partir da resolução 36/2005, migrar seus benefícios para o novo programa criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, o PRODEIC. A opção pelo novo Programa obrigava as empresas a recolherem o ICMS não recolhido anteriormente (MATO GROSSO, 2008b).

O Programa de Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC) foi instituído pela Lei Nº 7.958, de 25 de Setembro de 2003. Sua finalidade foi descrita como o “[...] alavancar o desenvolvimento das atividades econômicas definidas como estratégicas, destinadas à produção prioritária de bens e serviços no Estado, considerando os aspectos sociais e ambientais, no intuito de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano e o bem-estar social da população” (MATO GROSSO, 2008a). O Programa está vinculado à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME) e faz parte do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso.

O PRODEIC oferece incentivos desde que as indústrias estejam estabelecidas no estado, regulares com as obrigações fiscais e ambientais e, ainda, participem do Programa Primeiro Emprego (MATO GROSSO, 2008a).

As empresas beneficiadas, assim como no PRODEI, devem recolher um percentual de até 7% do valor do benefício, sendo 1% ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso (FUNDED) e o restante ao Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso (FUNDEIC). Os benefícios do PRODEIC foram utilizados por todas as indústrias de abate e processamento de carne de frango no estado (quadro 2).

<b>Razão Social</b>	<b>Município</b>
Anhambi Agroindustrial Norte Ltda	Tangará da Serra
Anhambi Agroindustrial Oeste Ltda	Sorriso
Sadia S/A	Várzea Grande
Marques e Caetano Ltda	Mirassol d'Oeste
Mary Loize indústria de Alimentos Ltda (Perdigão)	Nova Mutum

**Quadro 2.** Empresas beneficiadas pelo PRODEIC.

**Fonte:** SEFAZ/MT (2008).

Diferente do PRODEI, no PRODEIC não existe carência para recolhimento do ICMS e, sim, isenção de parte do imposto devido, de acordo com a pontuação da empresa em alguns critérios. O enquadramento do PRODEIC atribui pontuação às empresas, quanto maior a pontuação que a empresa atinge, maior o percentual de incentivo dado sobre o valor do ICMS. Os critérios para concessão do benefício incluem a geração de empregos diretos, o investimento fixo necessário para implantação ou expansão, utilização de matéria-prima produzida no estado, a inovação do produto, o índice de desenvolvimento

humano do município no qual a empresa se instalará, a população do município (CEDEM, 2008).

Para cada porte de empresa, micro e pequenas ou médias e grandes, existe uma pontuação para os critérios definidos. As micro e pequenas empresas recebem 10 pontos para qualquer quantidade de funcionários e qualquer valor de investimento. As empresas médias e grandes recebem entre 01 e 10 pontos de forma escalonada em faixas, sendo a faixa mínima de funcionários entre 01 e 19 (01 ponto) e a máxima acima de 180 funcionários (10 pontos). Para os investimentos a primeira faixa é até R\$100.000,00 (01 ponto) e a última faixa para valores acima de R\$6.000.000,00 (10 pontos) (CEDEM, 2008).

<b>IV – Produto</b>	
Novo no Estado – não há similar fabricado em MT	10 pontos
Existe similar de menor desenvolvimento tecnológico fabricado em MT	07 pontos
Existe similar de Igual desenvolvimento tecnológico fabricado em MT	04 pontos
Existe similar de maior desenvolvimento tecnológico fabricado em MT	02 pontos

**Quadro 3.** Critérios de pontuação das empresas para enquadramento no PRODEIC pelo critério “Produto”.

**Fonte:** CEDEM (2008).

A utilização de matéria-prima produzida no estado é pontuada entre 03 e 10 de acordo com o seu percentual de participação no produto final, sendo o mínimo de 30% equivalente aos 3 pontos e o máximo de 100%, aos 10 pontos. A inovação do produto pode ser pontuada entre 2 e 10, dependendo do grau de inovação, dado de forma qualitativa (quadro 4).

Intervalo de pontos	Percentuais de incentivo	Prazo em anos	
		A	B
41 – 50	70% do ICMS	10	05
36 – 40	65% do ICMS	10	05
31 – 35	60% do ICMS	10	05
26 – 30	55% do ICMS	10	05
21 – 25	50% do ICMS	10	05
16 – 20	45% do ICMS	10	05
Até – 15	40% do ICMS	10	05

**Quadro 4.** Percentuais e prazos de incentivo pelo enquadramento no PRODEI/PRODEIC.

**Fonte:** CEDEM (2008).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município no qual a empresa pretende ou já está instalada também proporciona pontuação à empresa. O município com IDH classificado como baixo faz com que a empresa receba 5 pontos, IDH médio 3 pontos e alto 2 pontos. A população, separada em quatro faixas entre “Até 100.000 habitantes” e “Acima de 300.001 habitantes”, pontuando entre 5 e 2 pontos, respectivamente (CEDEM, 2008).

O percentual de isenção do ICMS varia de acordo com a pontuação obtida pela empresa, no PRODEIC, e os prazos podem ser de 5 ou 10 anos, no PRODEI (quadro 4). Dependendo da relevância do ramo de atividade para o estado maior o prazo de pagamento do imposto. Os prazos podem ser de 10, para atividades de grande relevância, ou 5 anos, para atividades econômicas não prioritárias (CEDEM, 2008).

O enquadramento da empresa no prazo de 5 ou 10 anos depende da atividade exercida. As atividades classificadas como "A" são consideradas casos especiais de relevante interesse para o desenvolvimento do estado e, por isso, são contempladas com o prazo de pagamento de 10 anos para pagamento do ICMS. As classificadas como "B", não consideradas prioritárias, são contempladas com 5 anos de prorrogação do pagamento do imposto.

Os frigoríficos de aves classificam-se como "Fabricação de produtos alimentícios e bebidas", no grupo "A", portanto podem, quando enquadradas no PRODEI, beneficiar-se do prazo de 10 anos para o pagamento do ICMS. As enquadradas no PRODEIC podem beneficiar-se de, no mínimo, 40% e, no máximo, 70% de isenção do ICMS.

Como definido entre os objetivos do Programa a competitividade de vários setores pode ser incrementada. Realmente, o enquadramento das empresas neste programa pode ter favorecido a competitividade das indústrias instaladas em Mato Grosso, dado que houve um crescimento na ordem de 787% nos abates de frangos do estado entre 2000 e 2007, além de aumento de 2.058% nas exportações de frango congelado oriundos de MT no mesmo período. O principal motivo é a redução do custo do produto com tributos. Ao mesmo tempo a disponibilização de capital de giro ocorre pela dilatação dos prazos de pagamento do ICMS. Todas as indústrias de carne de frango instaladas no estado beneficiaram-se do PRODEIC (quadro 1).

As empresas que não optarem por enquadramento no PRODEIC, no caso da comercialização da carne de frango, podem se favorecer de redução na base de cálculo do ICMS, assunto que será abordado na seção seguinte.

#### **4.4.3 Redução na base de cálculo do ICMS**

O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), foi regulamentado pela Lei Complementar 87 de setembro de 1996 (Lei Kandir), que atribuiu aos estados a competência de regulamentar sua alíquota e recolhimento. Em Mato Grosso o regulamento do ICMS foi aprovado pelo Decreto 1944/1989 com alíquotas gerais de 17% para não contribuintes e 12% para contribuintes.

Além dos Programas de incentivo, o estado de Mato Grosso permitiu a redução da base de cálculo do ICMS para as operações nacionais com carnes e produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados.



A redução da base de cálculo é um meio usado pelos estados para corrigir as distorções causadas pelos seus regulamentos de ICMS. Cada estado define as alíquotas praticadas em operações internas e externas. No Caso de Mato Grosso, o regulamento estabelece que as vendas interestaduais para pessoas jurídicas contribuintes devem ser tributadas em 12%. Para as pessoas físicas e não contribuintes a alíquota é de 17%. Ao reduzir a base de cálculo, aplica-se o mesmo percentual do regulamento de ICMS, não infringindo a legislação, ao mesmo tempo, reduz-se o valor efetivamente pago, desonerando o consumidor de uma parte do imposto. Ao reduzir a base de cálculo do produto, o Governo do Estado equiparou, nas operações interestaduais, o percentual efetivo de imposto sobre as carnes a 7% (quadro 5).

<b>Base de Cálculo Normal</b>	<b>Base de Cálculo Reduzida</b>	<b>ICMS Normal</b>	<b>ICMS Base Reduzida</b>
100,00	58,33	12,00	7,00
100,00	41,17	17,00	7,00

**Quadro 5.** Efeito da redução da base de cálculo no valor recolhido de ICMS em operações nacionais.

A redução da base de cálculo permite que o produto de Mato Grosso torne-se competitivo em relação aos produtos dos demais estados. Isso acontece porque, efetivamente, o ICMS será o mesmo que seria pago pelo comprador ao adquirir o produto em estados com alíquota de ICMS de 7%. Assim, o ICMS deixa de ser uma barreira para aquisição da carne vinda de Mato Grosso.

É evidente que o valor da diferença entre o ICMS normal que seria recolhido e o ICMS efetivamente recolhido deixará de entrar no orçamento do Estado. A falta desta arrecadação é, todavia, um incentivo dado pelo Governo para incrementar a comercialização dos produtos do estado e faz parte de sua política fiscal.

Silva e Onoyama (2008) sugeriram que fosse implantada uma alíquota única de ICMS para todo o país, orientada pelo padrão internacional, entre 7% e 8%. A sugestão de criação de um imposto único não é idéia nova, mas é, ainda, controversa e sujeita a inúmeras discussões econômicas, políticas e legais (RANGEL, 2002). A unificação do sistema tributário nacional seria, com certeza, um avanço e simplificaria a vida das empresas, reduzindo até mesmo o custo gerencial de controle e de assessoria tributária (APET, 2008).

O problema da distorção do ICMS em Mato Grosso foi solucionado com a redução da base de cálculo, equalizando-o em 7%. A redução da base de cálculo, como já foi descrito, é a solução encontrada pelos estados para favorecer as empresas instaladas e aumentar sua competitividade com relação às instaladas em outras unidades da federação. Esta solução é parcial e sujeita às ações dos Governos Estaduais, que podem modificar as alíquotas a qualquer momento gerando, assim, certa instabilidade no longo prazo.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da avicultura de corte para exportação tem mostrado evolução para o Estado de Mato Grosso. Há farta disponibilidade de grãos, oferecendo capacidade de ampliação na capacidade produtiva de carnes.

Este segmento tem se mostrado de baixo custo na produção, sanidade dos animais, avanço tecnológico, introdução de programas de qualidade que, juntamente com os incentivos fiscais propostos pelo governo do estado, ocasiona a atração de plantas industriais e a geração de novos postos de trabalho, atendendo as exigências de mercados consumidores externos. Além desses fatores importantes ocorre ainda o dinamismo no setor pecuário com a evolução do plantel de aves e aumento da renda do produtor rural, que procura na avicultura de corte fonte de renda alternativa ao cultivo de grãos.

O principal gargalo é a logística do modal rodoviário que, em função de baixas condições de transporte, ocasiona aumento no valor do frete encarecendo o produto final destinado a exportação.

A proposta inicial seria a construção da ferrovia Cuiabá-Santarém traria grandes benefícios para todas as cadeias produtivas de Mato Grosso, podendo ser considerada ação de alta prioridade. A opção pelo transporte ferroviário tornaria o frete para o porto e de volta mais barato. A própria concorrência entre os modais reduziria os valores dos fretes, aumentando a competitividade do Mato Grosso em todas as cadeias produtivas, tendo como mercados de destino Europa, Américas do Norte e Central. Os agentes responsáveis seriam os Governos Federal, de Mato Grosso e Pará, utilizando fontes dos recursos oriundas de concessão do serviço à empresas privadas e, opcionalmente, orçamentos Federal e Estaduais de MT e PA. Esta proposta enfrenta outro grande problema: o frete de retorno. Para tornar viável a exportação via porto de Santarém, é necessário incentivar, também, a importação por este porto. Esta ação garantiria o frete de retorno dos modais utilizados, seja rodoviário ou ferroviário.

Outra proposta, considerada de média prioridade, é oferecer incentivo à instalação de novas plantas de abate no estado. A instalação aumentaria a produção de frangos no Mato Grosso proporcionando a geração de novos empregos. A opção de novas indústrias geraria competitividade no mercado externo e opção de renda aos produtores de frango e por fim, aumentaria a arrecadação de recursos para os Governos estadual e federal. Os agentes responsáveis pela implantação da ação seriam empresas frigoríficas interessadas em instalar novas plantas de abate e Governo do Estado, beneficiando toda a cadeia produtiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira 2008. São Paulo: Agra FNP Pesquisas Ltda, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados: sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10.10.2009.

**CEDEM, Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial.** *Resolução 27/2004: Aprova os critérios a seguir, para concessão de benefícios as empresas que aderirem ao Programa de desenvolvimento Industrial-PRODEI.* Disponível em: <<http://www.sefaz.mt.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2008.

INDEA-MT, Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso. Dados da avicultura em Mato Grosso. Cuiabá, 2009.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; IBQP-PR, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade; GEPAL, Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2002.

FRANCO, C. Análise das transações e estruturas de governança na cadeia produtiva da avicultura de corte em Mato Grosso. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Cuiabá, 2009.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Relatório de estabelecimentos. Disponível em: <[http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif\\_cons/lap\\_estabelec\\_nacional\\_rep](http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/lap_estabelec_nacional_rep)> Acesso em: 11 set. 2008.

MATO GROSSO. *Lei 7958/03: Define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências.* Disponível em: <<http://www.sefaz.mt.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2008a.

MATO GROSSO. *Lei 8630/2006: modifica a forma de concessão, prazo e organização do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso – PRODEI.* Disponível em: <<http://www.sefaz.mt.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008b.

MARTA, J.M.C. FIGUEIREDO, A.M.R. Uma interpretação política da introdução da soja no cerrado de Mato Grosso. Texto para discussão no. 1. Cuiabá, 2007.

MARTINELLI, O; SOUZA, J.M. de. **Relatório setorial final**: setor carne de aves de 19.08.2005. Disponível em: <<http://finep.gov.br>>. Acesso em 15.03.2010.

MELZ, L.J. Competitividade da cadeia produtiva de carne de frango em Mato Grosso: avaliação dos segmentos de avicultura e processamento 2010. 209f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR – São Carlos, 2010.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Exportação brasileira. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>> acesso em: 29 mar. 2009.

PORTO SECO. Perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.portoseco.com/perguntas.php>>. Acesso em: 02 out. 2009.

RANGEL, Paulo E. *Imposto único federal: PEC Nº 474-A, DE 2001*. Brasília: Câmara de Deputados. 2002. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/205390.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade intermediária*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEFAZ/MT, Secretaria de Estado de Fazenda/Mato Grosso. *Legislação tributária*. Disponível em: <<http://www.sefaz.mt.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2008.

SILVA, C.A.B. da; BATALH;A, M.O. Competitividade em sistemas agroindustriais: metodologia e estudo de caso. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999, Riberão Preto. São Paulo: PENSA/FEA/USP, 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 10.03.2010.

SILVA, Andréa Lago da; ONOYAMA, Márcia Mitiko. Competitiveness of Poultry Agrisystem. Relatório de pesquisa, São Carlos, 2008.

SILVA, Christian Luiz da; SAES, Maria Sylvia M. Estruturas e características da cadeia de valor a partir do tipo de governança: uma avaliação preliminar da avicultura de corte paranaense. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/224/157>>. Acesso em: 16 nov. 2008.